ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

TC Cav FELIPE FROTA DA **JORNADA**

O jogo estratégico nuclear: Índia x Paquistão

Rio de Janeiro

2018

TC Cav FELIPE FROTA DA **JORNADA**

O Jogo Estratégico Nuclear: Índia x Paquistão

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares.

Orientador: Cel Inf R1 Francisco José da LUZ NETO

Rio de Janeiro

2018

J82l Jornada, Felipe Frota da

Liderança Militar – O Jogo Estratégico Nuclear: Índia x Paquistão / Felipe Frota da Jornada. ─2018. 42 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Francisco José da Luz Neto
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares). ─Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.
Bibliografia: f.37-38.

1. Conflito entre Índia e Paquistão, Caxemira, Políticas Nucleares, Comunidade Internacional, Panorama Securitário e Dissuasão. I. Título.

CDD 355

TC Cav FELIPE FROTA DA **JORNADA**

O Jogo Estratégico Nuclear: Índia x Paquistão

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares

Aprovado em ____ de _____ de 2018.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
Francisco José da LUZ NETO - Cel Inf R1 - Presidente
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

_____
Paulo Ricardo BORGES de Aguiar – TC - Membro
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

_____
Rodrigo Kluge VILLANI – TC - Membro
ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

DEDICATÓRIA

A minha esposa Amanda e meu filho Miguel, pela compreensão e suporte dados durante a confecção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pelos ensinamentos repassados e pela oportunidade de poder desenvolver um trabalho por um tema tão importante para a Geopolítica mundial.

Ao meu orientador, Cel Inf R1 Francisco José da LUZ NETO pela orientação segura e eficaz durante a confecção e conclusão deste trabalho e, ainda, pela forma profissional com que estabeleceu a relação orientador-orientando.

À minha família que sempre esteve ao meu lado, pela atenção e impulsão dispensados durante as horas dedicadas à montagem e conclusão deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo estabelecer de que forma o conflito entre Índia e Paquistão em busca pelo domínio da região da Caxemira – *Jammu & Kashmir* - vem se eternizando por mais de setenta anos, desde a descolonização por parte do ex-império Britânico em 1947. Desde então, três guerras já foram travadas, bem como um conflito de ameaças nucleares em larga escala. Estes eventos resultaram num extenso número de mortes bem como a propagação do ódio entre as diferentes comunidades religiosas ramificadas através dos fundamentos do islã e do hinduísmo. A região da Caxemira é reconhecida internacionalmente como parte integrante da administração indiana. Porém, o governo do Paquistão posiciona-se contra este reconhecimento e defende a ideia de que o estatuto da Caxemira ainda é incerto e apenas o povo pode decidir o posicionamento da mesma. Entre a luta pela posse de terras e seu estatuto final o conflito entre Índia e Paquistão adquiriu proporções para além de suas fronteiras. O temor de que as políticas nucleares destas nações possam resultar numa guerra vem recebendo destaque ao decorrer dos anos. Este estudo defende o caráter multidimensional e plural em relação aos autores o conflito, o qual vem se perpetuando e representando um risco para a comunidade internacional. Este mencionado risco é representado, também, pela atribuição da dimensão ideológica, por ser um palco de práticas jihadistas bem como pelo posicionamento de suas políticas nucleares. Verificar quais são os pré-requisitos necessários para um país ser considerado uma potência nuclear, bem como o significado e as suas implicações práticas, permeiam parte da presente pesquisa. Após a apresentação de um panorama securitário do subcontinente indiano, para justificar uma melhor compreensão do que levou Índia e Paquistão a se nuclearizar, ao final foram desenvolvidas as implicações da dissuasão nuclear como capacidade de poder, aplicado na Ásia meridional.

Palavras-chave: Conflito entre Índia e Paquistão, Caxemira, Políticas Nucleares, Comunidade Internacional, Panorama Securitário e Dissuasão.

ABSTRACT

The purpose of the present work was to establish how o Conflict between India and Pakistan in search for the dominance of the region of Kashmir- *Jammu & Kashmir* -You've been perpetuating yourself for Over 70 Years, From to Decolonization on the part of the British former in 1947. Since So Three wars already Were caught, As well as a conflict of nuclear threats On a large scale. These events resulted in an extensive number of deaths as well as the spread of hatred between Different religious communities branched through the foundations of Islam and Hinduism. The Region of Kashmir is recognized Internationally as an integral part of the Indian administration. However, the government Of Pakistan positions itself against this recognition and defends the IDeI was going to Kashmir's status is still uncertain and only the people can decide the positioning of the Same. Between the struggle for land ownership and its final status the conflict Between India and Pakistan Acquired proportions beyond de Their borders. The fear that nuclear policies Of these nations may result in a war has been receiving prominence in the course of Years. ESte study defends o Character multidimensional and plural in relation to the authors the conflict, which has been perpetuating and representing A risk to the international community. This mentioned risk is represented, Also, By the attribution of the ideological dimension, Be a stage of Jihadist practices as well as by positioning their nuclear policies. Check what prerequisites are needed for a country to be considered a nuclear power, as well as the meaning and its practical implications, permeate part of this research. After the presentation of a insurance panorama of the Indian subcontinent, to justify a better understanding of what led India and Pakistan to Nuclearize, at the end the implications of nuclear deterrence were developed as power capacity, applied in South Asia.

Key words: Conflict between India and Pakistan, Kashmir, Nuclear Policies, International Community, Insurance Panorama and Deterrence.

LISTA DE ABREVIATURAS

EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PAEC	Comissão de Energia Atômica do Paquistão
CSNU	Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas
UNCIP	Comissão das Nações Unidas para Índia e Paquistão
UNMOGIP	Grupo Observador Militar das Nações Unidas para Índia e Paquistão
J&K	*Jammu & Kashmir*
IOK	*Indian-Occupied Kashmir*
POK	*Pakistan-Occupied Kashmir*
ISI	Inter-Services Intelligence do Paquistão
TPN	*Non Proliferation Treaty*
CTBT	*Comprehensive Test Ban Treaty*
WNA	*World Nuclear Association*
SIPRI	Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo
DMA	Destruição Mútua Assegurada
ADM	Armas de Destruição em Massa

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Região de disputa entre Índia e Paquistão desde a independência inglesa (1947)

Figura 2 Territórios disputados: Caxemira Livre e territórios do Norte, sob controle do Paquistão (verde), Jammu e Caxemira, sob controle da Índia (marrom escuro) e Aksai e Chin sob ocupação da China

Figura 3 Cenário 1: a troca de alianças

Figura 4 Cenário 2: o triângulo estratégico e o isolamento dos EUA

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**…….....…….. 9

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA…….....…….....…….. 10

1.2 OBJETIVOS.....….....…….…..... 10

1.2.1 **Objetivo Geral**….....…….....…....….... 10

1.2.2 **Objetivos Específicos** …… 11

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA…….…….…..…….…. 11

2 **METODOLOGIA**…….……. 13

2.1 TIPO DE PESQUISA……...…….....…… 13

2.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....….. 13

2.3 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA……...…….....…….....… 14

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....…….....…… 15

3 **CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES QUE BALIZAM A SITUAÇÃO NA ÁSIA MERIDIONAL**……... 16

3.1 CAXEMIRA: UM BREVE HISTÓRICO-TERRITORIAL……..…. 16

3.2 PANORAMA DE CONFLITOS ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO....….....….... 17

4 **A CORRIDA POLÍTICA NUCLEAR INDIANA PAQUISTANESA**…… 21

4.1 OS MÉTODOS DE COMPOSIÇÃO DAS POLÍTICAS NUCLEARES.....… 21

4.2 OS POSICIONAMENTOS DAS ARMAS NUCLEARES NO PÓS-GUERRA FRIA…… 22

4.3 O DESENVOLVIMENTO DEFASADO DE DOIS PROGRAMAS RIVAIS…… 24

5 **O TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**……... 27

6 **IMPLICAÇÕES DA DISSUASÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER**…….. 29

6.1 A IMPORTÂNCIA ATUAL DO FATOR NUCLEAR…….. 29

6.2 NEORREALISMO OFENSIVO INDIANO…….. 31

6.3 A DINÂMICA NUCLEAR ÍNDIA-PAQUISTÃO…….. 33

7 **CONCLUSÃO**…… 35

8 **REFERÊNCIAS**…… 37

1 **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por finalidade abordar a temática de negociações no século XXI para armamentos nucleares e entender o jogo estratégico nuclear entre Índia e Paquistão.

A República da Índia, país asiático com a capital Nova Délhi, encontra-se situada no centro-sul do continente e abriga uma população de aproximadamente 1 milhão e 200 mil habitantes, de maioria de religião hindu. Possui uma democracia parlamentar, centrada no federalismo, onde o presidente é o chefe de estado, enquanto o primeiro-ministro é o chefe de governo. O Paquistão, com capital Islamabad, limita-se a leste com a Índia e é banhado pelo Oceano Índico (ao sul). Com uma extensão territorial de cerca de 800 mil km², abrigando a norte uma parte da cordilheira do Himalaia, tem como religião oficial o Islamismo. Oficialmente uma república federativa, o Paquistão tem uma longa história de alternância entre democracia e o autoritarismo.

A Ásia Meridional é um palco de instabilidades e rivalidades de cunho étnico-religioso, baseado em práticas militares, extremismo religioso e posicionamento de políticas nucleares. Com certa frequência é descrita pelo discurso acadêmico, político e diplomático como uma região de grande conflitualidade. Por diferentes motivos, tanto a fronteira da Índia com o Paquistão, como a fronteira afegã paquistanesa têm sido rotuladas como umas das mais perigosas do mundo.

Ao término da 2ª Guerra Mundial, o Partido do Congresso e a Liga Muçulmana uniram-se contra o colonialismo, resultando em negociações com o governo inglês. A Inglaterra admitiu a independência da Índia sob a condição da divisão em dois Estados: a República do Paquistão (Oriental e Ocidental), muçulmana, e a República da União Indiana, hindu, fato ocorrido em 1947.

Partindo da definição de GOMES (1995), o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Assim, questões divergentes sobre território surgiram desde a independência.

Enquadrado no conceito seminal de securitização de WÆVER (2003), processo social através do qual algumas questões, consideradas vitais à sobrevivência de um determinado objeto referente, são elevadas acima da política pública regular e tratadas como se exigissem medidas extraordinárias, emergenciais e até antidemocráticas. Nesse contexto surge o chamado o jogo estratégico nuclear envolvendo a Índia e o Paquistão em torno de disputas territoriais.

O programa nuclear indiano teve início antes mesmo (um ano) da emancipação territorial do Reino Unido, isto é, 1946. Desde essa época, já havia a crença de que investir em tecnologia nuclear poderia ser um “caminho curto” na amenização dos problemas socioeconômicos. Mais do que isso, acreditava-se que a Índia seria, em conjunto com os Estados Unidos da América (EUA), a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China, uma das quatro principais nações a moldar a política internacional no decorrer do século XX.

O Paquistão deu início ao seu programa de energia nuclear em 1956, após a criação da Comissão de Energia Atômica do Paquistão (PAEC), ou seja, remonta aos anos 50, quando do início da rivalidade com a Índia. Ademais, recordando as palavras do então presidente, Zulfikar Ali Bhutto, que declarou: "Se a Índia construir uma bomba [nuclear], comeremos grama e folhas e passaremos fome, mas obteremos a nossa".

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

No século XXI, acontecimentos interligados trouxeram à tona a hostilidade histórica indo-paquistanesa na Ásia Meridional. A postura ofensiva da diplomacia indiana, ocasionou maior insegurança para a região limítrofe com o Paquistão, ainda mais pelo fato de se tratarem de potências nucleares.

Em decorrência das negociações internacionais, a grande questão atual é se o estabelecimento de um ciclo progressivo, em relação ao conflito, justifica o caráter prolongado e a perpetuação do risco internacional.

O presente trabalho de conclusão de curso será desenvolvido em torno do seguinte problema: como o emprego da dissuasão nuclear entre Índia e Paquistão e as políticas de produção e emprego desse tipo de tecnologia para fins bélicos, afetam o equilíbrio de poder na região?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo Geral**

Identificar no jogo estratégico nuclear entre Índia e Paquistão a sua influência no equilíbrio de poder na Ásia Meridional nos dias atuais.

1.2.2 **Objetivos Específicos**

a) descrever os principais antecedentes históricos e sociais da região de conflito, e as reivindicações de Índia e Paquistão, respectivamente, sobre o território.

b) relacionar o desenvolvimento de tecnologias nucleares de Índia e Paquistão, como mecanismo de persuasão.

c) identificar as grandes potências mundiais interessadas em cada lado do conflito, bem como suas aspirações em caso de uma resolução do mesmo.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Esse trabalho contribuirá para o conhecimento das causas e consequências que um possível conflito armado entre Índia e Paquistão, utilizando armamento nuclear, traria para o sul da Ásia e como afetaria o equilíbrio de poder mundial. Sendo assim, o trabalho conclui desenvolvendo sobre três tópicos presentes neste estudo.

Primeiramente, nas expressões do poder político, psicossocial e econômico, serão descritas as questões de identidade e fronteiriças entre Índia e Paquistão, correlacionadas com os três aspectos do conflito como, a saber: a necessidade da luta pela posse e uso de territórios, a ideologia religiosa e os problemas de governança. As teorias de Haushofer, Ratzel e Kjellen bem descrevem que os acontecimentos históricos obedeceram a certas leis sugeridas pelos meios físicos e espaço geográfico onde se desenvolviam.

Em sequência, no campo de poder militar, serão relacionados os recursos nucleares à disposição de ambos lados beligerantes, frequentemente associados à noção de *hard power* político-militar, aliados a securitização dos processos relacionados ao desenvolvimento de armas nucleares. Segundo NAPOLEÃO (2011), securitização pode ser compreendida como sinônimo aproximado de dramatização, que ocorre quando um indivíduo ou organização com legitimidade discursiva (o ator securitizador) declara que um determinado elemento, seja concreto ou abstrato (o objeto referente) está sob ameaça existencial.

Por fim, a abordagem correrá sobre as questões políticas entre Índia e Paquistão e as relações com países como os Estados Unidos da América e a China. O capítulo apresentará o desafio nuclear estabelecido pela Índia e pelo Paquistão e sua indisposição para a assinatura dos tratados sob o regime internacional da não proliferação de armas

nucleares. Nesta parte, demonstra-se a evolução da questão da identidade nacional para o posicionamento nuclear das duas potências e os riscos oferecidos por estes através de suas políticas para a nuclearização.

Enfim, a interação das três linhas de exploração pretende posicionar o conflito em tradução de uma ameaça existente para a comunidade internacional.

2 **METODOLOGIA**

A metodologia se destina a apresentar o caminho seguido para se solucionar o problema da pesquisa, pormenorizando os procedimentos necessários para alcançar os objetivos (geral e específico) apresentados. Assim, guiando-se numa sequência lógica, a mesmo está estruturado como se segue: 1) Tipo de Pesquisa 2) Delimitação da Pesquisa; 3) Concepção Metodológica; e 4) Limitações do Método.

Dessa forma, seguindo a Taxionomia de GIL (1991), por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou-se compreender a dinâmica que envolve o jogo estratégico nuclear indo-paquistanês e suas possíveis consequências para a região.

2.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados ao programa nuclear indiano e paquistanês em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

2.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O conflito entre Índia e Paquistão remonta da descolonização da Ásia por parte das potências europeias, especificamente a Inglaterra. Nesse contexto, o presente trabalho limitou-se à região fronteiriça entre os países beligerantes, tendo como palco principal de disputa a região da Caxemira, contestada por hindus indianos e paquistaneses muçulmanos desde 1947.

A Caxemira, de 222 mil km² de área, possui um território montanhoso dividido Índia (101 mil km²), Paquistão (78 mil km²) e China, com 43 mil km². Nos anos 80, intensificaram-se os movimentos de muçulmanos na Caxemira indiana, requisitando autonomia da região ou anexação por parte do Paquistão, fato não admitido pela Índia.

O conflito tem sido usado como justificativa para a militarização da fronteira e para a corrida armamentista nuclear, envolvendo, inclusive atores externos interessados no potencial econômico e estratégico da Caxemira.

A figura abaixo estampa a divisão da colônia no pós-independência e as disputas territoriais ao longo do tempo, envolvendo também as perdas de territórios por parte do Paquistão (Bangladesh):

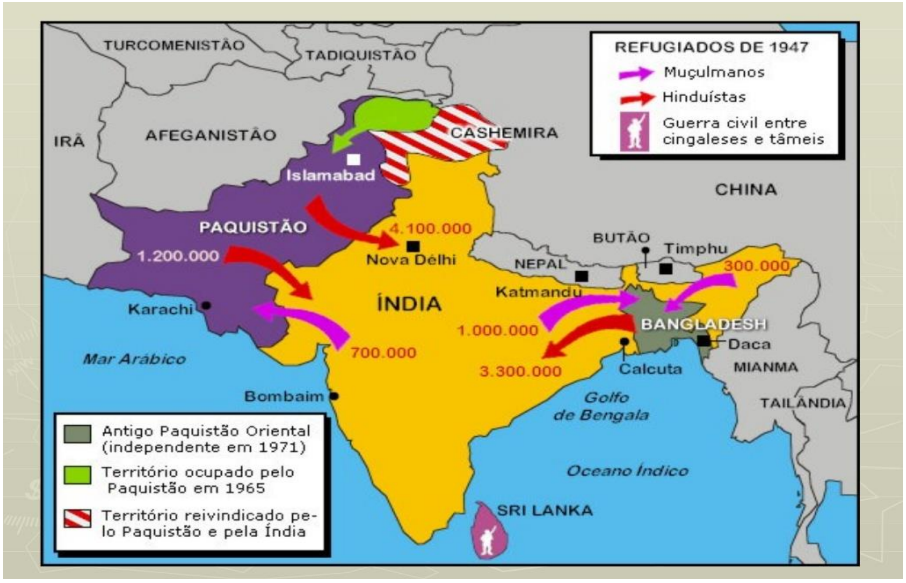

Figura 1 – Região de disputa entre Índia e Paquistão desde a independência inglesa (1947).

2.3 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A pesquisa científica compreende aplicação prática de um conjunto de processos metodológicos, utilizados por um pesquisador para o desenvolvimento de um estudo, caracterizando-se por ser uma investigação extremamente disciplinada, que segue as regras formais dos procedimentos para adquirir as informações necessárias, dando suporte para a análise feita pelo pesquisador.

Essa pesquisa será qualitativa, uma vez que privilegiará análises de documentos para entender o fenômeno do conflito sectário envolvendo duas partes militarmente nucleares. Seguindo a taxionomia de VERGARA (2009), essa pesquisa será descritiva, explicativa e bibliográfica. Descritiva porque pretende descrever as características da disputa territorial entre Índia e Paquistão em torno da Caxemira, datada desde a independência da Inglaterra em 1947, conforme ilustrado na figura 1. Explicativa porque visa a elucidar o jogo estratégico nuclear envolvendo os citados países, e suas consequências para o desequilíbrio de poder no sul da Ásia, além do envolvimento de potências externas no cenário beligerante. Finalmente será bibliográfica porque terá sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre assuntos atinentes ao objeto

de estudo, trabalhos relacionados à dissuasão nuclear disponíveis em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral.

2.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Esta porção do trabalho tem por finalidade expor, de maneira sucinta, acerca das limitações do método e os reflexos para o resultado da pesquisa.

Assim sendo, o trabalho intenciona se despregar de conceitos teóricos a respeito da disputa em questão, valendo-se com maior intensidade da linha do tempo dos fatos históricos envolvidos. A pesquisa reconhece as limitações do método pela dificuldade de obtenção de dados a respeito do desenvolvimento nuclear de Índia e Paquistão em fontes abertas. Cabe lembrar que não são objetos desse trabalho a busca do dado negado. Entende-se, portanto, que essa metodologia é abastadamente capaz para alcançar o objetivo proposto, na medida em que o esforço principal é verificar o jogo estratégico nuclear entre Índia e Paquistão.

3 **CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES QUE BALIZAM A SITUAÇÃO NA ÁSIA MERIDIONAL**

3.1 CAXEMIRA: UM BREVE HISTÓRICO-TERRITORIAL

Situada entre as cordilheiras do Karakoram e do Himalaia, a região da Caxemira margeia Paquistão, Índia, China e Afeganistão. Com uma população local de cerca de 14 milhões de habitantes, predominantemente muçulmana sunita, seguida de uma parcela muçulmana xiita, hindu e sique, e ainda budista, a Caxemira é palco de disputa de questão territorial que remonta desde a extração colonial.

Concretizada a descolonização, em agosto de 1947, o marajá hindu da Caxemira, Hari Singh, teve seu desejo de independência negado pelo último vice-rei britânico da Índia, e viu-se forçado a optar pela incorporação à Índia ou ao Paquistão. Em outubro, por uma sucedânea de motivos – a diplomacia mais eficiente do Primeiro-Ministro indiano Jawaharlal Nehru e, principalmente, a ameaça militar representada por tribos pashtuns paquistanesas prestes a adentrar a capital da Caxemira, Srinagar –, Hari Singh assinou o instrumento de acessão à Índia, e solicitou imediatamente o envio de tropas indianas para lhe defender da ameaça paquistanesa.

O Paquistão repudiou de imediato a solução de “anexação” indiana da Caxemira, alegando que o instrumento de acessão seria inválido por ter sido assinado sob coerção, e dessa forma, iniciaram-se as escaramuças entre os vizinhos recém-independentes. Concomitantemente a isso, revoltas populares contra o marajá trouxeram as sub-regiões de Gilgit e do Baltistão para o controle paquistanês. A Índia assegurou que “assim que a lei e a ordem fossem restauradas e o reino fosse libertado do invasor”, organizaria um referendo para que os caxemires decidissem sobre seu futuro, fato esse que nunca aconteceu.

Em dezembro de 1947, Nova Delhi acionou o Conselho de Segurança das Organizações das Nações Unidas (CSNU), manobra de que se arrependeria mais tarde, pois a Índia esperava uma condenação clara do Paquistão, mas terminou por internacionalizar a disputa. O CSNU estabeleceu a Comissão das Nações Unidas para Índia e Paquistão (UNCIP), substituída posteriormente pelo Grupo Observador Militar das Nações Unidas para Índia e Paquistão (UNMOGIP). Então, o Conselho determinou que a Índia realizasse um referendo “assim que possível” para definir o *status* da Caxemira, se parte do Paquistão ou da Índia, e negociou um cessar-fogo, o Acordo de Karachi, que entrou em vigor no primeiro dia de 1949.

Após 14 meses de conflito, a Índia controlava dois terços do antigo reino, inclusive o Vale da Caxemira, Jammu, Ladakh e Aksai Chin, coletivamente designados *Jammu & Kashmir* (J&K) pela Índia e *Indian-Occupied Kashmir* (IOK) pelo Paquistão. Por sua vez, o Paquistão deteve um terço da região: Gilgit, Baltistão e uma estreita faixa conhecida localmente como *Azad Jammu Kashmir* ("Caxemira Livre"), mas que a Índia denomina *Pakistan-Occupied Kashmir* (POK). A divisão provisória entre as duas porções era designada por uma Linha de Cessar-Fogo, renomeada Linha de Controle em 1972.

Figura 2 – Territórios disputados: Caxemira Livre e territórios do Norte, sob controle do Paquistão (verde), Jammu e Caxemira, sob controle da Índia (marrom escuro) e Aksai e Chin sob ocupação da China.

3.2 PANORAMA DE CONFLITOS ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO

O continuado conflito entre a Índia e Paquistão caracteriza-se por ser uma disputa multicausal, envolvendo desde a busca por poder (portanto, uma explicação realista ou neorrealista) até elementos étnico-religiosos, identitários, territoriais (com destaque à Caxemira, Hyderabad e Junagadh) e políticos (disputa entre as visões de mundo do Partido do Congresso – criado em 1886 – e da Liga Muçulmana – criado em 1906), bem como a rivalidade multifacetada entre os Estados príncipes, o Raj Britânico e os líderes

dos movimentos nacionalistas rivais ou concorrentes. Em termos práticos, ambos os países, ao longo da Guerra Fria, ingressaram numa corrida armamentista patrocinada pelas potências estrangeiras. O conflito indo-paquistanês, além de ser altamente polarizado, caracterizou-se, segundo CEPIK (2010), por ser assimétrico no que diz respeito às capacidades de poder agregado em termos de recursos materiais (termos demográficos, capacidade militar e poder econômico).

Nesse contexto histórico do conflito, o que parece ser inegável é a centralidade desempenhada pela Caxemira. Num primeiro momento (durante a descolonização), esse estado mostrava-se disposto a almejar sua própria independência, recusando a unir-se nem à Índia nem ao Paquistão. Contudo, forças rebeldes, auxiliadas pelo Paquistão, progressivamente tomaram controle do território, forçando o marajá da Caxemira a aderir ao Estado indiano. Aos poucos, atos de violência ganharam forma, o que acabou por dar origem, entre 1947 e 1949, à primeira guerra indo-paquistanesa (VAÏSSE, 2009).

A delimitação das fronteiras, juntamente com as migrações em massa e a guerra civil que acompanhou esse processo, deixou um saldo de 12 a 15 milhões de refugiados e 2 milhões de mortos. Esse primeiro conflito terminaria em 1º de janeiro de 1949, com dois terços do território sob controle indiano.

A discordância entre ambos os países acabou criando um jogo de soma-zero, em que um Estado procurava contrabalançar as medidas tomadas pelo Estado antagonista. Conforme RAJESH BASUR (2008), as preferências estratégicas tomadas por países fracos diferem em muito daquelas tomadas por Estados fortes, especialmente num contexto regional em que um Estado tenta impor sua hegemonia sobre o outro. Dessa forma, o Estado considerado fraco (no caso, o Paquistão) tende a compensar suas limitações por meio de uma situação de armamento excessivo, bem como através do balanceamento externo (busca de aliados). Nesse sentido, em 1954 deu-se a primeira intervenção aberta de uma superpotência no subcontinente indiano do pós-Segunda Guerra, com um maciço programa de ajuda militar norte-americano ao Paquistão (FERREIRA, 2007), algo que levaria a Índia a, posteriormente, também formar seus aliados.

Entre abril e setembro de 1965, eclodiu o segundo conflito entre indianos e paquistaneses, no momento em que o Paquistão lançou a Operação Gibraltar. Tinha como finalidade infiltrar guerrilheiros na província de Jammu e Caxemira para liderar uma revolta e realizar atos de sabotagem, e assim precipitar uma insurreição do Estado contra o domínio indiano. As forças indianas rapidamente desarticularam as ações da guerrilha,

dando como resposta o fechamento da fronteira (15 de agosto) e avançando na direção da Caxemira sob administração paquistanesa. O Paquistão lançou um contra-ataque em 1º de setembro (Operação Grand Slam) para assumir o controle da cidade de Akhnoor. Mas foi um fracasso e, mais uma vez, a Índia respondeu enviando suas tropas para a fronteira entre os dois países.

As cinco semanas de guerra causaram milhares de vítimas em ambos os lados, com cerca de 3000 mortes na Índia e, mais tarde, 4000 no Paquistão. Em 22 de setembro o CNSU aprovou uma resolução exigindo o fim das hostilidades, o qual cessou no dia seguinte. Sob a égide da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, os dois países assinaram um acordo prevendo a retirada das tropas para um retorno as fronteiras anteriores, fato que ocorreu eficazmente mais tarde em fevereiro de 1966. A maior parte das batalhas foram travadas pelas infantarias e unidades blindadas, com substancial apoio das forças aéreas.

No ano de 1971 a guerra esteve estreitamente associada com a Guerra de Independência de Bangladesh (às vezes também referida como Guerra Civil Paquistanesa). As hostilidades entre a Índia e o Paquistão começaram na tarde de 3 de dezembro de 1971, quando o Paquistão lançou um ataque preventivo a 11 bases aéreas indianas. Durante o curso da guerra, as forças indianas e paquistanesas entraram em confronto nas frentes oriental e ocidental. A guerra efetivamente chegou ao fim após o Comando Oriental das Forças Armadas Paquistanesas assinarem o Termo de Rendição e na sequência, do qual o Paquistão Oriental se separou como o Estado independente de Bangladesh. Cerca de 95 mil paquistaneses ocidentais que estavam no leste do Paquistão, no momento da sua independência, incluindo soldados do Exército do Paquistão e pessoal paramilitar, e 12.500 civis, foram tomados como prisioneiros de guerra pela Índia.

O Conflito de Siachen, travado em 1984 teve como palco principal de disputa da região do Glaciar de Siachen na Caxemira. O conflito começou com uma bem sucedida operação da Índia durante a qual tomou o controle daquela região, pertencente ao Paquistão e forçou os paquistaneses a se retirarem à oeste das Montanhas Saltoro. A Índia estabeleceu o controle sobre todos os 70 km (43 milhas) ao longo do glaciar e todas as suas geleiras tributárias, bem como as três principais passagens de Saltoro imediatamente a oeste da geleira. O Paquistão controlava os vales glaciais imediatamente a oeste das Montanhas Saltoro. Com isso, a Índia ganhou mais de 3000 km² de território em consequência de suas operações militares em Siachen.

A Guerra de Kargil, foi um conflito armado que ocorreu entre maio e julho de 1999 no distrito de Kargil na Caxemira, e em outros lugares ao longo da linha de controle, com a finalidade indiana de recuperar o território que deu nome à guerra. Durante as fases iniciais da guerra, o Paquistão responsabilizou os combates totalmente aos insurgentes independentes da Caxemira, porém documentos deixados para trás por vítimas e declarações posteriores do primeiro-ministro do Paquistão e do Chefe do Estado-Maior do Exército, revelaram o envolvimento de forças paramilitares do Paquistão. O Exército da Índia, mais tarde, apoiado pela Força Aérea, recapturou a maioria das posições no lado indiano da linha de controle, com atuação das tropas paquistanesas e militantes infiltrados. Com a oposição diplomática internacional, as forças paquistanesas se retiraram das posições indianas restantes ao longo da linha de controle. Esta foi a segunda guerra terrestre direta entre os dois países após ambos declararem que passaram a desenvolver armas nucleares.

Em 2001 ocorre um encontro de cúpula entre o Presidente Musharraf e o Primeiro Ministro Vajapyee, em Agra. O encontro termina de maneira acrimoniosa, sem qualquer êxito. Em dezembro do mesmo ano, o Parlamento Indiano sofre atentado. Nova Delhi acusa Islamabade, que devolve as acusações. A Índia desloca efetivos numerosos para a área limítrofe com o Paquistão, que toma medida simétrica; somando cerca de um milhão de soldados tomando posições de ambos os lados da fronteira comum, numa escalada de tensões que causaram graves preocupações junto às potências ocidentais. Ao longo de 2002 essas forças retornaram aos poucos a suas posições, em tempos de paz.

Os ataques de 2008 em Mumbai, na Índia, foi um episódio de natureza gravíssima nas relações entre indianos e paquistaneses, onde 11 tiroteios e atentados à bomba coordenados, foram realizados por militantes islâmicos que supostamente teriam vindo do Paquistão. Os agressores teriam recebido assistência de reconhecimento antes dos ataques. Ajmal Kasab, o único terrorista capturado vivo, afirmou em interrogatório que os ataques foram realizados com o apoio do Inter-Services Intelligence do Paquistão (ISI). Os ataques, que atraíram a condenação mundial generalizada, começaram em 26 e se estenderam até 29 de novembro de 2008, matando 164 pessoas e ferindo pelo menos 308.

Atualmente, os conflitos e as disputas pela Caxemira estão longe de chegar ao fim. Além das disputas territoriais, outro fator ainda aumenta a tensão acentuadamente na região: as diferenças religiosas entre hindus e muçulmanos.

4 **A CORRIDA POLÍTICA NUCLEAR INDIANA E PAQUISTANESA**

4.1 OS MÉTODOS DE COMPOSIÇÃO DAS POLÍTICAS NUCLEARES

Os aspectos que compõem as políticas nucleares dos países envolvidos no conflito da Caxemira serão apresentados em uma lógica internacional, levando-se em conta a relação conflituosa entre os vizinhos e os riscos da nuclearização. As incertezas causadas pelas suas políticas volúveis e imprevisíveis causam aflição ao sistema internacional, posicionando, desta maneira, a disputa pela Caxemira como um conflito de envergadura mundial, de caráter nuclear. Também causaram um risco à comunidade internacional a partir do momento em que tanto Índia, como Paquistão, não assinaram e nem ratificaram os Tratados da Não Proliferação (TPN – *Non Proliferation Treaty*) e o Tratado da Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT – *Comprehensive Test Ban Treaty*). Nesse contexto, deram espaço para a comunidade internacional traduzir o seu conflito regional como um risco aos seus vizinhos e até mesmo enquanto um motor de uma possível guerra nuclear nos próximos anos.

As relações de identidades das partes econômicas, culturais e religiosas foram, até agora, discutidas enquanto ferramentas motoras de hostilidades nos conflitos armados travados entre Índia e Paquistão. As facções religiosas, responsáveis pela representação da comunidade muçulmana na Caxemira, atribuíram ao conflito um caráter mais político, representando os atores não estatais. Da mesma forma, a partir do envolvimento de seus líderes políticos com movimentos religiosos, os atores não estatais passaram a edificar um poder paralelo de alta representação (força política dotada também de poderio militar e tecnologias para a elaboração de armas de destruição em massa).

O governo indiano, com certa frequência, passou a acusar o Paquistão como responsável pela deliberação dos movimentos terroristas contra o seu território, fazendo com que ambos os países estejam preparados para qualquer tipo de respaldo nuclear e retaliações militares.

Testes nucleares executados na linha de fronteira indopaquistanesa, por ambos os países, foram classificados como provocações entre as partes. Este tipo de percepção pode vir a comprometer uma série de esforços feitos pelos países em relação ao uso de armas nucleares após a era da Guerra Fria e transformar o conflito da Caxemira em um embate de grandes proporções.

Depois de uma breve contextualização tratando do CTBT e da definição da política indiana, serão apresentados os riscos que Índia e Paquistão evidenciaram, enquanto países nuclearmente armados, e o papel dos Estados Unidos em sua relação política com ambos. O governo norte-americano, enquanto se aliava ao Paquistão no período da Guerra Fria, apoiava posteriormente as armas indianas em um cenário pós-terrorismo, o que acabou por caracterizar o discurso dos líderes americanos como algo imprevisível, dotado de bastante contradição entre “ajuda” à Índia e ao Paquistão.

Os riscos da posse de tecnologia nuclear por parte dos grupos jihadistas e a produção descontrolada do poderio nuclear indiano, além de um posicionamento das duas potências nucleares em relação às suas prioridades, demonstram que as políticas nucleares de ambos fazem parte do vício de bipolarização continuada – em tempos de multipolaridade – fomentada pela luta política em relação ao *status quo* e hegemonia sul asiática, tendo a Caxemira como justificativa.

4.2 OS POSICIONAMENTOS DAS ARMAS NUCLEARES NO PÓS-GUERRA FRIA

O pioneirismo em testes nucleares coube aos Estados Unidos da América, quando da sua primeira explosão nuclear registrada na história, ocorrida em Alamogordo, estado do Novo México, em 16 de julho de 1945. Ano também marcado pelas explosões de Hiroshima e Nagasaki no Japão, as quais simbolizaram o surgimento de uma série de questões que envolveram as nações em um ambiente concentrado nos riscos da nuclearização.

As décadas que se seguiram, após estes testes (50-60, 70-80 e 90), foram responsáveis pelos principais posicionamentos dos países no cenário nuclear. O período pós-Guerra Fria (1994) foi o mais importante para a Índia, pois foi quando este país começou a posicionar-se como uma nação dotada de uma política nuclear, inicialmente, imprevisível e volúvel.

No contexto da evolução do poderio nuclear e do posicionamento estabelecido pelas nações, a questão da Caxemira já havia ascendido no sul da Ásia. Em 1954, o então primeiro ministro indiano, Jawaharlal Nehru, foi responsável por propor um "acordo de *status quo*", que sugeria a eliminação do teste nuclear em todo o mundo devido aos riscos oferecidos à saúde humana e ao meio ambiente. Segundo JOHNSON (2009), seu discurso foi tão bem sucedido que a iniciativa "Átomos pela Paz" fora criada logo em seguida. Neste momento a Índia posicionava-se como nação neutra que visava à garantia

dos bens para as gerações futuras e por isto, Nehru expressou sua vontade em estabelecer o desenvolvimento de energia atômica para fins pacíficos (RAMANA, 2001). Porém, os seus fins pacíficos seriam posteriormente interpretados pelo governo do Paquistão, enquanto uma provocação.

A década 70 foi uma altura crítica para a relação dos vizinhos Índia e Paquistão, como também devido às hostilidades com a China que, ao desenvolver testes nucleares em 1974, conduziu a Índia a requisitar apoio para sua produção nuclear tanto pelos Estados Unidos quanto pela União Soviética (IZUYAMA, 2003). Contudo, a Índia recusara a assinatura do TNP alegando a desigualdade entre o arsenal dotado pelos países nuclearmente armados em relação aos países não nuclearmente armados (IZUYAMA, 2003). A posição geográfica da Índia, em relação a países vizinhos, a coloca “espremida” entre portadores de armas nucleares, fazendo com que uma possível ação conjunta entre Paquistão e China, deixe-a em frequente atenção de ser assolada por uma ameaça existente além-fronteiras.

Posteriormente (1990), devido ao surgimento do terrorismo transnacional na agenda internacional e da recusa do Senado norte-americano a ratificar o CTBT – precisamente em 1999 –, a Índia e os Estados Unidos da América emergiram na comunidade internacional enquanto “sabotadores” de uma causa de ordem universal, devido as suas novas prioridades estratégicas estabelecidas entre os dois países (ANUNCIAÇÃO, 2013).

A despeito de o CTBT ter sido criado por uma iniciativa indiana, o país foi o pioneiro a ignorar as regras após a realização de testes em maio de 1998. O governo indiano, além de quebrar as regras estabelecidas, utilizou a tecnologia oferecida pelos EUA e Canadá na elaboração de suas armas. Ademais disso, conforme descrito pela *World Nuclear Association* (WNA), em 2003, a Índia justificou que a não assinatura do tratado por um país vizinho, portador de armas nucleares e de um governo coligado ao jihad, expressaria a eterna insegurança e por isso era necessário armar-se, além disto, a questão nuclear simbolizava um progresso para a nação indiana (ANUNCIAÇÃO, 2013). Em 2008 foi assinado o Acordo Nuclear Civil que permitia Índia a usar a tecnologia nuclear civil, de outros países, na sua produção.

Durante a 6ª Conferência para Facilitar a Ratificação do CTBT, em 24 de setembro de 2009, os Estados Unidos da América presidiram uma sessão especial para Chefes de Estado sobre a não proliferação e o desarmamento nuclear. Segundo DEEN (2009) foi a primeira vez que um presidente norte-americano desempenhou esse papel acarretando a

adoção de resoluções relevantes. Porém, ao final desse ano, o impulso norte-americano perdeu força e alguns acontecimentos no ano de 2010 confirmaram esta tendência. É relevante afirmar que não é possível avaliar se o presidente americano Barack Obama reestruturou suas atitudes e discurso devido a pressões internas – por parte daqueles que pretendem salvaguardar *status quo* nuclear americano - ou se foi apenas uma retirada estratégica (*THE ECONOMIST*, 2009). Neste sentido, a relutância dos EUA de certa forma, prejudicou a possibilidade de convencer a Índia e Paquistão a assinarem a proibição de testes e deterem a produção de material físsil – suscetível à fissão nuclear.

4.3 O DESENVOLVIMENTO DEFASADO DE DOIS PROGRAMAS RIVAIS

A Índia optou por um programa nuclear de natureza *sui generis*. Dentre os países que comprovadamente desenvolveram armas atômicas, entre 1945 e 2011, a Índia é, ao lado da França, um dos únicos cuja empreitada nuclear foi inicialmente pacífica, e apenas mais tarde derivou para finalidades bélicas. Os demais países que desenvolveram esse tipo de tecnologia, inclusive o Paquistão, seguiram o caminho oposto.

A origem do projeto nuclear indiano data de 1944, antes mesmo dos primeiros testes americanos nucleares da história, em Alamogordo, e da própria independência do país. Em 1948, antes mesmo de completar um ano de emancipação formal do Estado, a Índia constituiu sua Comissão de Energia Atômica, sob supervisão direta do Primeiro-Ministro Jawarharlal Nehru.

Durante o governo de Nehru (1947-64), o programa atômico indiano foi claramente pacífico e correspondeu a uma espécie de “desenvolvimentismo nuclear”, cujas metas eram a legitimação do novo Estado indiano; a promoção de uma base industrial e tecnológica autóctone e a autossuficiência econômica. Gozando de alta prioridade entre as iniciativas de Nehru, já nos anos 1950, graças a acordos de cooperação com o Canadá, o programa nuclear indiano tornou-se pioneiro da Ásia.

Segundo ANUNCIAÇÃO (2013), Nova Delhi reviu suas prioridades político estratégicas entre 1962 e 1967, aparentemente como resposta a ameaças externas (uma derrota militar fragorosa para a China, em 1962; o pioneiro teste nuclear chinês, em 1964; o impasse em uma guerra iniciada pelo Paquistão, em 1965, e as já citadas negociações em torno do TNP, que impediriam a ascensão futura de novas potências nucleares) e a fatores domésticos (a morte de Nehru, em 1964, e o consequente fim do consenso

político em torno da hegemonia do Partido do Congresso, liderado por Indira Gandhi a partir de 1966).

A chamada “explosão nuclear pacífica”, em 1974, elevou o país um patamar de Estado com capacidade nuclear, embora ainda não dotado de engenhos nucleares propriamente ditos, tampouco de vetores para transportá-los. Dotado de codinome brilhantemente irônico (“Operação Buda Sorridente”), o teste representou, segundo BASRUR (2009), uma resposta ao temor de perda de autonomia política por parte da liderança pós-colonial indiana, ainda fortemente influenciada pelos conceitos de não alinhamento e autarquia que haviam fundamentado o projeto nacional referente ao Primeiro-Ministro Jawarharlal Nehru.

A Índia então se torna um Estado Nuclear Não Declarado (*covert*), ou seja, obteve ogivas nucleares para fins militares sem admitir tal fato, em 1989. No ano seguinte, um momento decisivo na trajetória atômica indiana, quando o país reivindicou o *status* de Estado Nuclear Declarado. Pesou, à época, a ascensão do Movimento Nacionalista Hindu interessado em obter sinais tangíveis de prestígio, *status* e poder (*shakti*) para o país.

O programa nuclear bélico do Paquistão teve seu início imediatamente após a fragorosa derrota do país na guerra civil que culminou com a independência de Bangladesh, antes Paquistão Oriental, em 1972. A perda do território paquistanês intensificou o desequilíbrio entre os rivais sul-asiáticos, o que levou o governo paquistanês a criar um mecanismo de dissuasão contra a Índia, por meio de seu programa nuclear. A iniciativa apenas ganhou urgência após 1974, em resposta à “explosão nuclear pacífica” indiana daquele ano. Em 1977, o General Zia ul-Haq colocou a empreitada sob controle das Forças Armadas, situação que perdura até hoje e contrasta com o comando civil do programa nuclear indiano.

Nos anos subsequentes, cresceu gradualmente a pressão americana para que o Paquistão renunciasse a suas ambições atômicas abalando as relações bilaterais dos aliados. A política norte-americana seria revertida apenas em 1981, já sob a presidência de Ronald Reagan, quando a invasão soviética do Afeganistão reaproximou diplomaticamente Washington e Islamabade, e colocou em suspenso as sanções impostas pela Casa Branca em 1977. Isso em resposta a percepção de que o Paquistão, que desenvolvia armas atômicas com apoio chinês e conivência norte-americana – decorrência, por sua vez, da aliança entre Washington e Islamabade para enfrentar a URSS no Afeganistão – representava ameaça imediata à segurança da Índia (ANUNCIAÇÃO, 2003).

Nas décadas de 1970 e 1980, Islamabade compensou sua inferioridade tecnológica e de materiais nucleares *vis-à-vis* Nova Delhi por meio da assistência chinesa. Somente na segunda metade dos anos 1980, o Paquistão obteve a capacidade de produzir armas nucleares, em consequência direta da Guerra do Afeganistão, que retirou temporariamente a maior barreira externa – a norte-americana – ao programa atômico do país.

Até 1998, verificou-se uma situação de dissuasão nuclear de fato, mas não explícita, do sul da Ásia. Os pioneiros testes nucleares paquistaneses ocorreram em 28 de maio de 1998, no campo de Chagatai, no Baluquistão (localizado na tríplice fronteira Irã, Paquistão e Afeganistão), em resposta calculada à demonstração equivalente por parte da Índia, duas semanas mais cedo.

Índia e Paquistão têm se engajado no que poderia ser descrito como a uma das corridas nucleares do século XXI. De acordo com o Instituto Internacional de Pesquisas para a Paz de Estocolmo (SIPRI), Paquistão e Índia, ao contrário de todas as potências nucleares reconhecidas pelo TNP, vêm expandindo seus respectivos arsenais. Os dois países dispõem de vetores missilísticos terrestres e aéreos eficientes, e a Índia está desenvolvendo mísseis lançados a partir de submarinos.

5 O TRATADO DE NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) é o regime de segurança mais notório entre países soberanos já implementado, o qual passou a vigorar a partir de 1970, tendo como principais objetivos evitar a disseminação de armas nucleares e viabilizar o uso pacífico da tecnologia nuclear.

> Segundo LAMPREIA (2014), o TNP reconheceu a existência de cinco países detentores de armamentos nucleares à época de sua assinatura. O TNP possui três fundamentos básicos, a saber: 1) a não-proliferação de armas nucleares, 2) o desarmamento dos atuais detentores, e 3) o direito ao uso pacífico da energia nuclear por todos os países.

Após entrar em vigor, amealhou quase adesão universal nas três décadas seguintes, contando com 189 países, dos quais cinco reconheceram, à época da assinatura do tratado, serem detentores de armas nucleares, sendo eles: Estados Unidos da América, Rússia, Reino Unido, França e China, coincidentemente, os membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU).

> Artigo I - Cada Estado nuclearmente armado, Parte deste Tratado, compromete-se a não transferir, para qualquer recipiendário, armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, assim como o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos e, sob forma alguma assistir, encorajar ou induzir qualquer Estado não-nuclearmente armado a fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou obter controle sobre tais armas ou artefatos explosivos nucleares. (ONU, 1968).

Conforme destacado no Artigo acima, os Estados nuclearmente armados se comprometem a não transferir armamento nuclear para os demais Estados, bem como a não contribuir para que algum Estado não-nuclear adquira a condição de Estado detentor de armas nucleares. Dessa forma, busca-se restringir a quantidade de países possuidores de armas nucleares somente àqueles cinco inicialmente nominados no TNP.

> Artigo II - Cada Estado não-nuclearmente armado, parte deste Tratado, compromete-se a não receber a transferência, de qualquer fornecedor, de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, ou o controle, direto ou indireto, sobre tais armas ou artefatos explosivos; a não fabricar, ou por outros meios adquirir armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares, e a não procurar ou receber qualquer assistência para fabricação de armas nucleares ou outros artefatos explosivos nucleares. (ONU, 1968).

O Artigo II, descreve que Estados não-nuclearmente armados se comprometem a não receber, de qualquer fornecedor, incluindo outros Estados, artefatos nucleares, armas ou assistência para fabricação dos mesmos. Verifica-se, mais uma vez, que o Tratado tem por finalidade a não multiplicação da quantidade de países com armas nucleares no concerto das nações.

A comunidade internacional se preocupa com o fato de países que não aderiram ao TNP terem armas nucleares. Além da Coreia do Norte, Índia e Paquistão encontram-se nessa categoria. Os dois são rivais históricos e mantêm arsenais nucleares como estratégia de ameaça mútua

Nenhuma disposição do presente Tratado será interpretada no sentido de afetar o direito inalienável de todas as partes no Tratado a desenvolver a investigação, a produção e a utilização da energia nuclear para fins pacíficos, sem discriminação e em conformidade com as disposições dos artigos I, e II, deste Tratado. (ONU, 1968).

Baseado no Artigo IV, Índia e Paquistão defendem e legitimam seus programas nucleares. Defendem o seu direito de possuir o conhecimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos, com a finalidade de propiciar melhores condições de vida para seu povo.

Um ponto bastante importante do TNP, que é negligenciado pelas potências nucleares, é o desarmamento nuclear, que é previsto no Artigo VI do TNP:

> Artigo VI - Cada Parte deste Tratado compromete-se a entabular, de boa-fé, negociações sobre medidas efetivas para a cessação em data próxima da corrida armamentista nuclear e para o desarmamento nuclear, e sobre um Tratado de desarmamento geral e completo, sob estrito e eficaz controle internacional. (ONU, 1968).

O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, ao mesmo tempo em que proíbe o surgimento de novas potências nucleares, almeja o desarmamento nuclear do planeta, que, conforme expresso no Artigo VI, deve ser geral, completo, e controlado internacionalmente. Porém, na prática, o que se tem é que nenhuma potência nuclear quer abrir mão de seu poder dissuasório, gerado pelas armas nucleares de destruição em massa.

6 **IMPLICAÇÕES DA DISSUASÃO NUCLEAR COMO CAPACIDADE DE PODER**

A estratégia dominante no período da Guerra Fria era a da dissuasão. Mais concretamente o conceito de dissuasão constituía o núcleo de uma grande estratégia (*grand strategy*) de "contenção" (*containment*). Esta grande estratégia americana de contenção tinha como objetivo deter o poder soviético até que os dirigentes moscovitas chegassem à conclusão de que as suas ambições universalistas e revolucionárias não eram realizáveis (ALMEIDA e RATO, 2004). A estratégia de dissuasão baseava-se num equilíbrio induzido pelo perigo do holocausto nuclear, a chamada Destruição Mútua Assegurada (DMA). Esta relação de forças traduzia-se num verdadeiro paradigma em que o equilíbrio do terror funcionava como a garantia da estabilidade e paz mundial.

Segundo o Ten General CABRAL COUTO (1988), entende-se como dissuasão:

> "A Dissuasão, em sentido lato, visa a impedir uma potência adversa de, numa situação dada, recorrer a determinados meios de coação em virtude da existência de um conjunto de meios e de disposições capazes de constituírem uma ameaça suficientemente desencorajadora".

Nesse contexto, a dissuasão se ampara segundo WALTZ (2013), no que um "pode fazer, e não no que vai fazer", ou seja, em incertezas. Assim que um país possuir ogivas que podem ser disparadas de lugares de localização incerta, ele passa a deter uma força de "segundo ataque", visto que basta que apenas uma parte da força seja invulnerável para que toda força seja invulnerável".

6.1 A IMPORTÂNCIA ATUAL DO FATOR NUCLEAR

Segundo DOUGHERTY e PFALTZGRAFF (2003),

> "no final dos anos 90, pelo menos meia dúzia de estados para além da Índia e do Paquistão mostravam-se interessados no desenvolvimento de armas nucleares, duas dúzias de países dispunham de programas de armas químicas e outros dez tinham programas de armamento biológico em curso".

Tal fato exemplifica a necessidade continuada dos países em acender às Armas de Destruição em Massa (ADM) como forma de aumentar o seu poder. Assim, concretizam-se fortes alianças que mantém, nomeadamente os EUA em relação ao Japão e Coreia do Sul, face à possibilidade de conflitos regionais, com as potências nucleares vizinhas China e Coreia do Norte, a que se juntam a Índia e o Paquistão.

Em face deste cenário, o conceito de dissuasão nuclear vigente no período da bipolaridade, não perdeu a sua validade no caso de uma confrontação entre duas

potências nucleares de capacidades semelhantes, em virtude de tanto os EUA como a Rússia manterem uma capacidade nuclear assinalável. Admitimos que mesmo com o esbatimento do fator ideológico, os parâmetros da confrontação tenderiam a manter padrões semelhantes aos da Guerra Fria. Esta ideia é reforçada por ZAGARE e KILGOUR (2000): “relações de paridade quando ligadas com os elevados custos de guerra, conduzem a situações de paz”, sendo a caracterização usada para definir os elevados custos de guerra em uma situação de destruição mútua assegurada.

Analisando o caso de confrontação entre Índia e Paquistão, após três situações de confrontação direta ao nível convencional, o desenvolvimento da capacidade nuclear por ambas as partes, conduziu a que não voltasse a existir mais nenhuma situação de confrontação militar aberta, apesar da “dureza” dos discursos e ameaças trocadas. Porém, particularmente nesse possível confronto, não se identifica uma das condições que no período da Guerra Fria conferia estabilidade à dissuasão: a capacidade de produzir danos inaceitáveis ao adversário, conseguida pela **r**etaliação após o primeiro ataque. A possibilidade de não existir a garantia da invulnerabilidade recíproca dos sistemas de armas, isto é, o primeiro ataque não teria capacidade contra forças, mas simplesmente contra cidades, limitou as opções dos antagonistas, permitindo que o conflito não evoluísse.

Caracterizando a conjuntura que envolvia o confronto da guerra bipolar, de acordo com os enunciados de DOUGHERTY e PFALTZGRAFF (2003), tem-se a percepção que a dissuasão até ao presente momento funcionou:

> “dirigentes racionais, o cálculo dos riscos versus benefícios, entendimento e comunicação mútuos sobre as expectativas de comportamento, e a ação retaliatória que serve de ameaça ser suficientemente plausível para influenciar, da forma desejada, o comportamento do adversário. Apesar das grandes diferenças existentes entre a situação da Índia-Paquistão e dos EUA e URSS: proximidade dos interlocutores, o fato de já terem estado em guerra, e as diferenças serem de carácter religioso e não de índole ideológica.”

Cessando o confronto EUA x URSS, concomitantemente com a transferência do arsenal nuclear das antigas repúblicas soviéticas para a Rússia, americanos e russos coordenaram esforços para a redução e reforço da segurança das armas químicas e nucleares. Na contramão, alguns Estados fora da Europa envidavam esforços para desenvolver ou adquirir armas de destruição maciça, nucleares, químicas e biológicas, bem como, os vetores necessários o seu lançamento, fato identificado na Índia e Paquistão. A proliferação de ADM continua a ser uma tentação destes Estados.

Em síntese, a questão que se colocará no futuro, admitindo que outras potências venham a adquirir o *status quo* de potência nuclear, configurará um ambiente nuclear multipolar com contornos de aplicação da estratégia de dissuasão sensivelmente diferentes da situação bipolar, consequentemente de maior instabilidade.

6.2 NEORREALISMO OFENSIVO INDIANO

Os estados que primam por poder estão em uma corrida armamentista (ainda que moderada), como é o caso do subcontinente indiano. O número de armamentos nucleares cresceu gradualmente na Índia, onde estima-se, de posse de informações nem sempre precisas, que o aumento possa ser da ordem de 20 a 30 armamentos por ano, embora pareça mais razoável supor, conforme a *MILITARY BALANCE* (2014), que o incremento seja de 10 dispositivos nucleares por ano. Em 2010, o Paquistão tinha suprimento em seu poder de 70 a 90 dispositivos nucleares e material físsil para produzir em torno de 90 armamentos. Na ocasião, a Índia teria 60 a 80 desses dispositivos nucleares, com capacidade físsil de produzir cerca de 60 a 105 novos armamentos. Segundo KOITHARA (2012), em 2011, um novo estudo revelou que os arsenais teriam subido para 90-110 no Paquistão e 80-110 na Índia.

O subcontinente indiano possui um agravante adicional, isto é, um ator que precisa sempre ser levado em conta: a China. O fato da Índia e Paquistão estarem transformando tecnologia em armamentos, bem como a China modernizar suas forças armadas (influenciada parcialmente pelo escudo antimísseis norte-americano em solo asiático) faz com que os três Estados estejam sujeitos a desenvolver uma dinâmica que pode vir a se tornar mais competitiva e conflituosa do que cooperativa no médio e longo prazo. Dessa forma, a dissuasão será mais difícil de ser alcançada em sistemas multipolares do que em sistemas bipolares, e que os Estados vão competir gradativamente por mais poder.

O efeito pacificador, ou a concretização da ideia de que as relações de poder entre os Estados poderiam se encaminhar em uma direção de um ponto de equilíbrio ou igualdade, não se concretizou. No entanto, não se pode negar que os dispositivos nucleares tenham gerado uma certa cautela, controle e contenção, ainda que não impeçam que futuramente ocorra alguma escalada militar para esses níveis.

Baseando-se fundamentalmente em cultura estratégica e também na comparação das capacidades militares da China e da Índia, não há nada que garanta, em âmbito

securitário, que a Índia seja um “parceiro natural” dos EUA ao invés da China. Na Ásia, duas dinâmicas podem se desenvolver, onde o papel do Paquistão age como um fiel da balança. China, Rússia e Índia podem formar um triângulo estratégico contra EUA e Paquistão. Também é possível que se formem os eixos Índia-EUA *vs.* China-Paquistão. Não há, pelo menos por parte da Índia, uma definição clara de que rumo irá tomar. Em suma, a Índia tem adotado uma postura multivetorial. No campo estratégico (nuclear) é prudente considerar que a dinâmica Paquistão-Índia-China como competitiva.

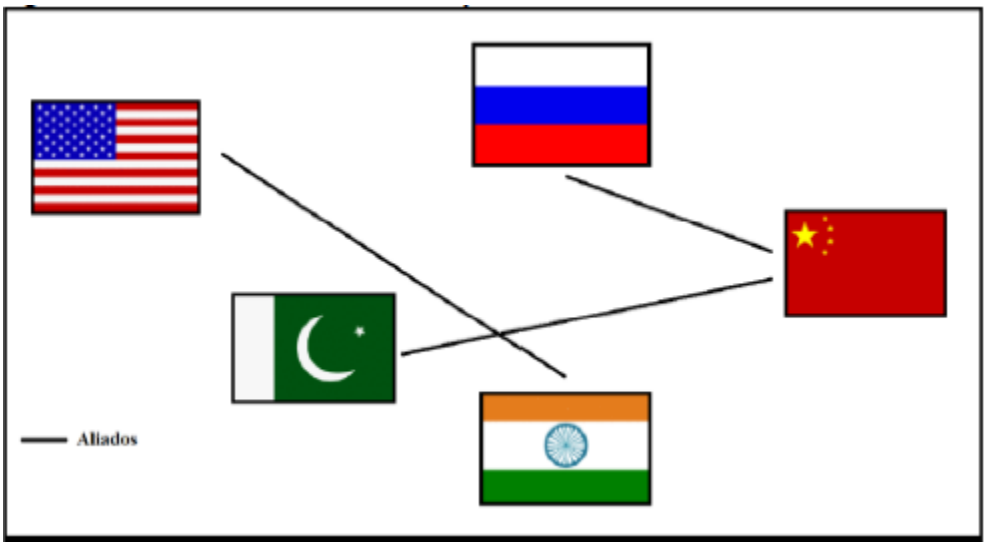

Figura 3 - Cenário 1: a troca de alianças

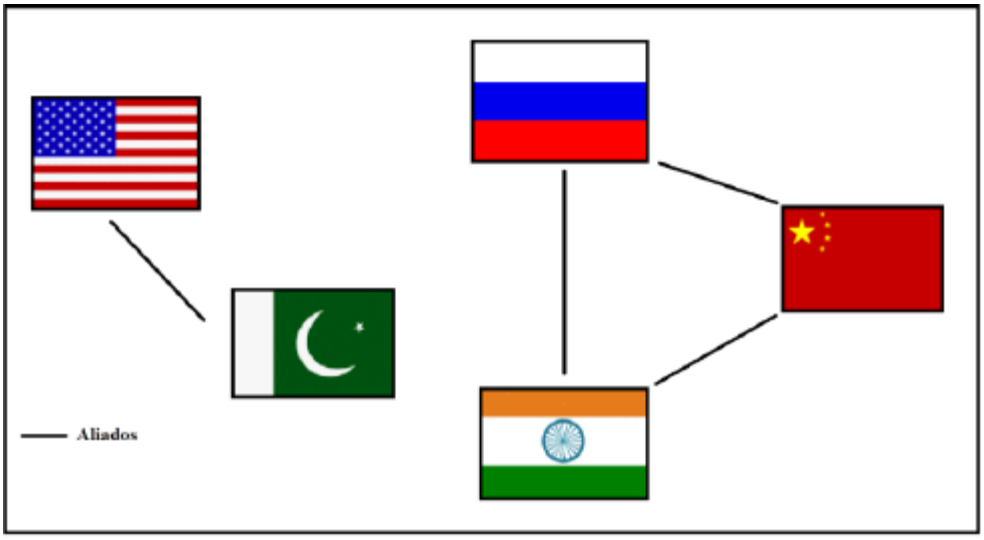

Figura 4 - Cenário 2: o triângulo estratégico e o isolamento dos EUA

6.3 A DINÂMICA NUCLEAR INDO-PAQUISTANÊS

No ano de 1998, logo após testes nucleares de Índia e Paquistão, emergiu uma falsa esperança de que pudesse surgir uma estabilidade estratégica no subcontinente indiano. No entanto os testes tiveram outros efeitos, dentre os quais se destaca uma maior preocupação e envolvimento de potências extrarregionais, principalmente os EUA de Bill Clinton, o qual teria caracterizado a região como o local mais perigoso da terra.

E tratando-se de ataques nucleares, é necessário que haja fortes incentivos para que se ataque forças nucleares alheias. O problema repousa em uma situação análoga, onde isso resultaria em um processo que não pode ser previsto em todos os seus detalhes, em que reações não são completamente previsíveis, em que acontecimentos não estão inteiramente sob controle. Ou seja, em uma situação em que não se pode prever com antecedência alguns dos resultados.

Embora seja compreensível que Índia e Paquistão tenham construído forças estratégicas para estabelecer seus poderes, é preciso reconhecer que os processos foram muito mais trabalhosos e custosos de que se esperava, apesar de ambos demorarem a entender isso. Enquanto não se é possível prever forças de segundo ataque, não existe a capacidade de a estabilidade estratégica prosperar no continente indiano.

O problema repousa na dinâmica do *1st strike vs. 1st strike*, que apesar da redundância, apresenta muitos problemas. Primeiramente, muito mais difícil do que dispor capacidade para um segundo ataque, é ter a capacidade de realizar um primeiro ataque contra força, fato que caracteriza muito bem a situação, caso se instale um conflito de proporções maiores. Seguindo-se a isso, a falta de capacidade para um segundo ataque faz com que qualquer ação seja encarada como algo extremamente perigoso na iminência de se “apertar o botão”. Calcando-se em termos estritamente teóricos, pode-se afirmar que essa falta de controle também é responsável por impedir que Índia e Paquistão almejem qualquer tipo de objetivo político-militar. Segundo KOITHARA (2013), ao se referir à óbvia falta de capacidade contra força tanto da Índia quanto do Paquistão, indica que o cenário nuclear mais provável é um que envolva um “primeiro ataque de baixo impacto” (“*low impact first use”*). Isso se dá pelo fato de que um ataque que produza pesadas baixas em seu oponente, irá levar a uma pesada retaliação ao atacante.

A proximidade do Paquistão, em relação a Índia, apresenta uma vulnerabilidade geográfica paquistanesa. O curto tempo de voo de mísseis e aeronaves indianos tornam a equação muito mais complicada do que a que existiu entre EUA e URSS durante a Guerra Fria. Somado a isso, grande parte das instalações nucleares ficam próximas a

capital Islamabad e o Paquistão não possui uma doutrina nuclear oficial, complicando ainda mais sua situação. Acredita-se que os dispositivos nucleares sejam armamentos de “último recurso e primeiro uso”, reforçando a ideia de que a dinâmica nuclear não pode ser considerável estável no continente indiano.

Em termos práticos, infere-se que o Paquistão tem adotado políticas/medidas de alto risco, ao passo que a Índia se orienta pela linha de políticas/medidas de alta moderação. A assimetria econômica, tecnológica e de capacidades militares convencionais que se verifica na dinâmica indopaquistanesa fica evidente. Compreensivelmente, o programa nuclear do Paquistão tem por principal objetivo fazer frente ao poder militar convencional indiano, servindo de grande fator de equilíbrio diante da superioridade da Índia. Desde a independência inglesa o Paquistão tem demonstrado fragilidade e contradições internas, que o caracteriza como um estado inseguro e instável. Assim, garantir a sobrevivência do Estado paquistanês tem sido um desafio aos estadistas de Islamabad.

7 **CONCLUSÃO**

A Índia e o Paquistão são países situados no chamado subcontinente indiano, formando uma das regiões estratégicas no contexto da geopolítica mundial, tendo o desenvolvimento de seus programas nucleares ligados às disputas territoriais em torno da Caxemira.

O jogo estratégico nuclear entre Índia e Paquistão tem gerado consequências diversas na atual escalada das desavenças, temendo-se que a região se torne ainda mais instável, com a possibilidade de intensificação dos recorrentes conflitos transfronteiriços e de aplicação de armas de destruição em massa das duas potências em futuros embates.

No capítulo inicial, o trabalho abordou a tensão gerada pelos constantes conflitos na Caxemira, desde sua independência em 1947, passando pela definição dos limites territoriais em 1972, e culminando com os ataques de 2008 em Mumbai na Índia, quando verificou-se uma situação de dissuasão nuclear de fato, mas não explícita, do sul da Ásia. Dessas considerações cabe verificar que ambos os países são distintos em muitos aspectos, seja na questão nuclear ou nos propósitos em relação ao território da Caxemira. Desde então, o conflito tomou grandes proporções e vem se transformando em um dos principais problemas da pauta da agenda internacional do século XXI.

Em uma segunda fase, foi abordada a corrida nuclear indiana e paquistanesa, bem como suas consequências em relação ao Tratado de Não Proliferação e a implicação da dissuasão nuclear como capacidade de poder. Especificamente, foi investigado como e por que Paquistão e Índia desenvolveram armas atômicas no contexto da intensa securitização recíproca que os une. A nuclearização sul-asiática foi assimétrica em termos de propósitos e significados: enquanto Nova Délhi, rompendo com o pacifismo gandhianonehruviano, obteve tais armamentos como parte de um projeto nacional de autossuficiência econômico-tecnológica e de prestígio político, Islamabade desenvolveu seu arsenal de maneira exclusivamente reativa e defensiva. A Índia se recusara a assinatura do TNP alegando a desigualdade entre o arsenal dotado pelos países nuclearmente armados em relação aos países não nuclearmente armados e em nome da sua segurança, uma vez que ainda possui uma relação delicada para com os vizinhos Paquistão e China, motivo igualmente alegado por Islamabade. Ainda, ambos países utilizam a dissuasão como justificativa para militarizem suas fronteiras e, mesmo sendo países com enormes taxas de pobreza, gastem muito dinheiro em tecnologias bélicas.

Atualmente, a Índia controla dois terços da região e acusa o Paquistão de treinar e armar os separatistas.

Isto posto, os recentes desdobramentos do conflito que opõe Índia e Paquistão têm a capacidade de gerar implicações graves no cenário mundial. Por se tratarem de duas potências nucleares, o embate poderia tomar proporções devastadoras e levar ao envolvimento dos demais países que se relacionam com Índia e Paquistão, como China, alinhada ao Paquistão; os demais países asiáticos; e os EUA, que devido ao seu posicionamento oscilante e baseado na conveniência, poderia se voltar tanto para a Índia quanto para o Paquistão.

Em síntese, na corrida nuclear indopaquistanesa o dinamismo das relações dos países conflitantes com EUA e China, por exemplo, permite cenários e posicionamentos variados, dificultando assim a previsão de resultados no caso da evolução do conflito regional. Acredita-se que a formação de acordos poderia criar um sentimento de maior segurança para os países envolvidos, diminuindo os riscos nucleares, porém o atual problema do conflito da Caxemira não apresenta sinais de solução.

Índia e Paquistão buscam, portanto, fortalecerem-se através de parcerias estratégicas com outros agentes e atores regionais e globais, dissuadindo um ao outro e visando, cada um, a construção de uma hegemonia, *a priori* no subcontinente indiano e posteriormente em âmbito macrorregional. Além deste fator, historicamente a falta de identidade cooperativa entre os dois países também contribui para dificultar a convergência em assuntos como a proliferação nuclear.

8 **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, João Marques e RATO, Vasco. **A Encruzilhada, Portugal, a Europa e os Estados Unidos.** Bertrand Editora, 2004.

ANUNCIAÇÃO, Arthur Sá. **O conflito em Caxemira. uma luta identitária e a perpetuação de um risco internacional.** Universidade de Coimbra. Coimbra; 2013.

BASRUR, Rajesh. **South Asia's Cold War: Nuclear Weapons and Conflict in Comparative Perspective.** New Delhi: Routledge, 2009.

BUZAN, Barry & WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org). **Geografia: conceitos e temas.** Editora Bertrand Brasil, 1995.

DEPARTAMENTO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - ECEME. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME.** – Rio de Janeiro, 2012.

IZUYAMA, Ogawa , Marie, Shinichi. **"The Nuclear Policy of India and Pakistan."**Security Reports, 1 (2003).

JOHNSON , Rebecca . **Unfinished Business: The negotiation of CTBT and the End of Nuclear Testing.** United Nations Geneva : United Nations Sales , 2009.

KOITHARA, Verghese. **Managing India's Nuclear Forces.** Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2012.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade.** UFRJ http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/liafront.pdf. 2012.

MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e a teoria das fronteiras**. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro. 1990.

NAPOLEÃO, Thomaz Alexandre Mayer. **Ameaças em construção: processos transnacionais de securitização entre Afeganistão, Paquistão e Índia.** Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores. Brasília. 2011.

ONNING, James. **O tratado da água do rio hindus. um outro olhar sobre a Caxemira**<http://professorjamesonnig.wordpress.com/2012/08/16/o-tratadoda-agua-do-rio-indus-um-outro-olhar-sobre-a-caxemira/> Acessado em 01/02/2018.

PEREIRA, Diego Moreira, Índia **e Paquistão: uma questão geopolítica chamada Caxemira.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2012.

RAMANA, Nayyar, M.V, A.H. **"India, Pakistan and the bomb."** Scientific American, November 20, 2001.

SAGAN, Scott & WALTZ, Kenneth. **The Spread of Nuclear Weapons: a Debate Renewed.** New York: W.W. Norton, 2013.

SARTORI, Michele Monteiro. **Análise teórica da guerra hindupaquistanesa: a questão da Caxemira.** Faculdades Integradas Rio Branco. São Paulo. 2007.

SAVAGE, Matthew, DOUGHERTY, Bill, HAMZA, Mohammed, BUTTERFIELD, Ruth & BHARWANI, Sukaina. **Socio-Economic Impacts of Climate Change in Afghanistan.** Paper para o UK Department for International Development, 2009.

VAÏSSE, Maurice. **As Relações Internacionais desde 1945**. Lisboa: Edições 70, 2009.

ZAGARE, Frank C., KILGOUR, Marc. **Perfect Deterrence.** Cambridge University Press. Cambridge Studies in International Relations: nº 72. (2000).